



## Olho por olho: Os livros secretos da ditadura

Rio de Janeiro:  
Record, 2009. (207p.)

*Lucas Figueiredo*

---

Flamarion Maués<sup>1</sup>

Este livro de Lucas Figueiredo parte de uma ideia interessante: analisar a história de dois livros que abordaram, sob ângulos diametralmente opostos, a repressão executada pela última ditadura brasileira (1964-1985), mostrando as relações que existem entre as duas obras. São os livros *Brasil: Nunca Mais* (BNM) e *Orvil* (cujo título de fato acabou sendo *O livro negro do terrorismo no Brasil*).

O BNM, publicado em 1985 pela Editora Vozes, sob a responsabilidade da Arquidiocese de São Paulo, foi resultado de um grande e sigiloso projeto, encabeçado pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns e pelo reverendo Jaime Wright, para copiar, guardar e analisar todos os processos do Supremo Tribunal Militar (STM) contra pessoas acusadas de crime de “subversão” desde 1964, de modo a preservar e trazer a público parte da história da repressão política no país.

Parte significativa dos perseguidos políticos nesse período foi submetida à praxe jurídica do julgamento em tribunal militar, com direito a advogados e a fazer declarações, muitas das quais continham denúncias das torturas sofridas, mencionavam os nomes dos torturadores e os métodos de sevícia empregados. Dessa forma, a própria ditadura acabou por documentar as violações aos direitos humanos que ela mesma praticava, e manteve esses documentos em arquivo no STM. Após a anistia parcial de agosto de 1979, advogados passaram a poder ter acesso a esses documentos e a copiá-los – o que permitiu que o projeto BNM fosse levado a cabo, de maneira secreta, durante cerca

de quatro anos, contando com a ajuda de vários advogados e tendo entre seus principais responsáveis, além do cardeal Arns e do reverendo Wright, Paulo Vannucchi, os advogados Eny Raimundo Moreira, Luiz Eduardo Greenhalgh e Luís Carlos Sigmaringa Seixas, e os jornalistas Ricardo Kotscho e Frei Betto.

Em relação à história da concepção, organização, execução e, finalmente, publicação do *BNM* – que tem lances de filme de suspense e de *thriller* político –, Figueiredo pouco acrescenta à obra de Lawrence Weschler, *Um milagre, um universo*, publicada no Brasil em 1990 (Cia. das Letras), que trata da história do projeto *BNM*. Corretamente, Figueiredo informa que o livro de Weschler foi “valiosa fonte” para o seu trabalho. Sem dúvida, essa era uma fonte básica, mas o que surpreende e decepciona é que ela seja, no livro de Figueiredo, ainda o principal manancial de informações. Weschler, quando escreveu seu livro, no final dos anos 1980, não pôde ter acesso a alguns dos principais colaboradores do projeto, em virtude de eles ainda quererem, naquele momento, manter seu anonimato – seja por questões políticas ou pessoais –, por isso não identificou suas fontes, exceto Jaime Wright. Quase 20 anos depois, o único participante do projeto entrevistado por Figueiredo foi Paulo Vannucchi (é o único que aparece na lista dos entrevistados do livro). Por que o autor não entrevistou outros participantes do *BNM* que ainda estão atuantes e acessíveis? Teriam eles se recusado a falar sobre o assunto? Se isso ocorreu, deveria ser exposto ao leitor. Se não, fica difícil entender por que o autor não os procurou.

Uma das poucas informações novas de Figueiredo sobre o processo de edição do *BNM* trata da recusa do falecido editor Caio Graco, da Brasiliense, de publicar o livro, por temer “que sua editora ficasse marcada pelos militares”. Infelizmente, não somos informados da fonte dessa informação (e não só dessa, diga-se de passagem). O fato de se tratar de um livro de caráter jornalístico, ou seja, não acadêmico, não isenta o autor de fornecer aos leitores as fontes de suas informações ou, se for este o caso, informar que elas pediram anonimato.

Em relação ao *Orvil* – a palavra livro escrita ao contrário –, Figueiredo apresenta mais informações novas. A obra pretendia apresentar os fatos relacionados à repressão, mortes e desaparecimentos dos dissidentes políticos de acordo com os arquivos das Forças Armadas, em particular do Centro de Informações do Exército (CIE), com base em “provas” de que os “subversivos” haviam morrido em combates com as forças da ordem. De acordo com essa versão não teria havido torturas (quando muito, alguns “excessos”) e não haveria desaparecidos políticos. Seu objetivo era, de fato, mascarar os crimes cometidos pela ditadura e estabelecer a versão oficial para o período. Seu mentor foi o ministro do Exército do governo Sarney, general Leônidas Pires Gonçalves, e o seu coordenador o coronel Agnaldo Del Nero.

Concluído em 1988, o *Orvil*, planejado inicialmente para ser uma publicação oficial do Exército, acabou sendo arquivado e virando uma raridade disponível apenas para alguns poucos oficiais e simpatizantes próximos àquelas que produziram o livro.

O grande mérito de Lucas Figueiredo, sem dúvida, é ter sido o jornalista que conseguiu, em 2007, ter acesso à íntegra do *Orvil*, tendo divulgado em primeira mão parte importante do seu conteúdo em matérias nos jornais *Estado de Minas* e *Correio Braziliense*. Assim, o livro demorou 19 anos para se tornar público, o que só ocorreu após as matérias de Figueiredo.

Sobre a história do *Orvil*, a principal contribuição de *Olho por olho* é mostrar que ele foi articulado desde sua gênese para ser uma resposta direta ao *BNM*, buscando refutar argumentos e descrições desse livro, e demonstrar que os “subversivos” torturados, mortos e desaparecidos eram perigosos instrumentos de uma grande conspiração do “comunismo internacional”.

Infelizmente, ficamos sabendo muito pouco sobre a confecção do *Orvil*. Figueiredo informa que “O CIE designou três oficiais para auxiliar Del Nero em tempo integral [na feitura do *Orvil*]. Outros seis agentes do centro ficaram na retaguarda a fim de dar apoio quando necessário”. Quem eram esses oficiais e agentes? Não sabemos e continuamos sem saber o nome de sequer um deles após ler o livro.

Figueiredo se dedica menos a esclarecer o modo como o livro foi preparado e escrito, e mais a compará-lo ao *BNM*. Nesse ponto, levanta importantes inconsistências do *Orvil* e destaca alguns trechos em que seus autores, apesar de quere-rem mostrar o contrário, acabam por dar provas cabais de que as Forças Armadas possuíam informações sobre mortos e desaparecidos que sempre negaram ter. E mais, assumem crimes que até então haviam sido peremptoriamente negados. No afã de responder às denúncias e provas do *BNM*, acabaram por revelar mais do que queriam. Esses são certamente os pontos altos de *Olho por olho*.

Outro bom momento do livro é quando destaca o sentido ofensivo do *Orvil* no momento em que foi produzido, já após o fim da ditadura e sob o primeiro governo civil desde 1964. Os autores do livro continuavam a ver, em 1987, os “subversivos” sobreviventes como inimigos e como ameaça, lamentando que eles estivessem em liberdade naquele momento. Como ressalta Figueiredo, para os militares que fizeram o *Orvil* eles eram “inimigos no passado, inimigos também no presente”, projetando a disputa para o futuro ao incluir na obra casos supostamente ocorridos até aquele ano. “Para o CIE, o fim da ditadura não significou o fim da guerra”, lembra ele. Nesse sentido, o título *Olho por olho* ganha um significado especial, e aponta na direção de que o tão propalado “revanchismo” vem de fato da direita que esteve por trás dos crimes da repressão, e não da esquerda.

A leitura deixa, porém, uma incômoda questão, principalmente quando sabemos que Figueiredo é um excelente repórter investigativo, o que mostrou em livros anteriores. Trata-se do seu desinteresse, ao menos nessa obra, em buscar as fontes que serviram de base para o *Orvil*. As Forças Armadas têm reiteradamente dito que não existem mais documentos sobre a repressão dos anos 1970, que eles foram incinerados “nos termos da lei”. Mas, como informa Figueiredo, nos “arquivos do governo e das Forças Armadas o que não faltavam eram papéis” sobre a repressão, quando o *Orvil* foi escrito. No arquivo do CIE “havia não apenas toda a papelada produzida pelo órgão nos seus 18 anos de existência como também cópias de documentos cedidos por outros organismos da chamada comunidade de informações”. Além disso, para o projeto foram realizadas entrevistas com “policiais e oficiais militares que trabalharam na repressão”.

Ora, o que poderia haver de mais interessante, do ponto de vista jornalístico, do que a busca dessa documentação, fartamente utilizada para a redação do *Orvil*? Com as fontes que cultivou para chegar até o *Orvil*, talvez Figueiredo pudesse dar esse passo, mostrando quais são e onde estão alguns desses documentos.

Além disso, as três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica) produziram em 1993 relatórios sobre as ações de combate à guerrilha do Araguaia, que foram enviados ao então ministro da Justiça. Esses relatórios, como mostra Figueiredo, eram evasivos e não esclareciam nada, não continham informações confiáveis e se baseavam principalmente em matérias da imprensa. Caberia questionar: porque tais relatórios não foram feitos a partir dos mesmos documentos que serviram de base para o *Orvil*? Seus autores foram os mesmos que produziram o *Orvil*? Quais as principais contradições entre o *Orvil* e os relatórios de 1993? Por que, no período de cinco anos entre a conclusão do *Orvil* e a confecção desses relatórios, a versão das Forças Armadas sobre esses fatos mudou? Essas são questões de maior profundidade e de maior interesse, que passaram ao largo da investigação do autor. E são importantes porque podem desnudar as estratégias utilizadas pelas Forças Armadas para lidar com a questão da memória da repressão no período pós-ditadura.

Mais do que a confrontação com o *BNM*, o que parece interessar de fato no *Orvil* é essa questão, ou seja, a localização dos documentos utilizados na sua preparação e o fim que foi dado a eles. E isso não é mencionado, ou melhor, não é sequer uma questão posta em *Olho por olho*.

Há alguns outros pontos no livro que merecem maior discussão. Por exemplo, Figueiredo encampa a versão de que a edição do *Orvil* foi vetada em 1988 pelo então presidente Sarney. Até então a versão vigente era de que o próprio general Leônidas havia decidido vetar a publicação, por considerar

que “os ânimos já estavam serenados”. Essa não é, ao contrário do que diz Figueiredo, uma questão de “importância menor”. Trata-se de ponto importante pois indica a autonomia ou não do Exército nessa questão. Por isso, cabe questionar a versão de Figueiredo, ao que tudo indica proveniente do próprio Sarney. E digo “ao que tudo indica” porque mais uma vez o leitor não é informado sobre a fonte da informação.

Outro ponto que merece observação aparece logo na primeira linha do livro, quando Figueiredo fala da “guerra entre os promotores e opositores da ditadura”. Se é certo que o embate foi violento, não se pode passar a ideia de que havia equivalência de forças entre os lados em combate, ou que lutavam em igualdade de condições e agiram com métodos iguais. Não é bem assim. Os crimes cometidos pelo Estado e por seus agentes não podem ser equiparados aos dos guerrilheiros e civis que lutaram contra a ditadura tenham eles pegado em armas ou não.

Estes em alguns casos cometeram crimes também, certamente, mas de outra natureza, crimes políticos, que tinham claramente um caráter de resistência à opressão.

Por último, Lucas Figueiredo aceita sem maior questionamento alguns argumentos sobre a relação dos grupos da esquerda armada com a questão da democracia. Trata-se de debate complexo, que não deve ser tratado sem maior aprofundamento. Nesse ponto, o aspecto central da questão me parece ser o fato de que não se pode negar que os grupos armados representaram uma forma de resistência à ditadura, como já salientou Marcelo Ridenti<sup>2</sup>. Esses grupos foram rapidamente derrotados pela ditadura, com o uso dos métodos mais bárbaros, como Figueiredo mostra. Seus sobreviventes se tornaram majoritariamente presos políticos e exilados, e muitos deles começaram a rever suas perspectivas políticas com a derrota e com as mudanças pelas quais passava o país. Foram torturados e encarcerados, estavam respondendo a processos na Justiça Militar ou haviam sido condenados por ela, ou estavam no exílio. Seu embate imediato passa a ser aquele possível nas prisões e no exílio – a luta contra a tortura e as condições desumanas de muitas prisões, por um julgamento digno e justo, por anistia; pelo direito de saber como morreram as vítimas da repressão e o que aconteceu com os desaparecidos políticos, e de poder enterrar os seus mortos; a denúncia da tortura como método não só de arrancar informações, mas principalmente como forma de intimidar toda a sociedade. Assim, sua luta continua a ser contra a ditadura, mas vai se transformando no embrião de uma luta pela volta da democracia – junto com outras lutas que conseguiam ainda ser travadas mesmo sob o autoritarismo. Esses exilados e presos – e seus familiares, personagens pouco valorizados nesta história até aqui, mas fundamentais para o seu desenrolar – são parte

fundamental da luta pelo fim da ditadura e pela democracia, que ganha força a partir de 1974.

Esse processo de transformação não é uma metamorfose dessas pessoas e desses setores políticos, mas representa uma mudança de perspectiva a partir da experiência vivida, que começa a criar um discurso e uma prática comum para eles. Se antes as organizações políticas a que muitos deles pertenciam desprezavam a “democracia liberal” como algo meramente instrumental, agora a maior parte vai se integrando à luta política em favor das “liberdades democráticas”, como era estampado nos cartazes e faixas da época.

*Olho por olho* poderia ir bem mais fundo na questão do encombimento das fontes e dos documentos da repressão, mas sua leitura é, ainda assim, útil e proveitosa. Comparar as versões do *Orvil* sobre 24 casos de vítimas da repressão com as versões oficiais até então conhecidas, ajuda a desmascarar parte das mentiras e dos ocultamentos que as Forças Armadas, com a complacência ou cumplicidade dos governos civis pós-ditadura, insistem em oferecer ao país.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Doutorando no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), onde defendeu a dissertação de mestrado intitulada *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): Negócio e política*. É historiador e editor de livros.

<sup>2</sup> RIDENTI, Marcelo, “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970”. In FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.), *As esquerdas no Brasil*, v. 3: Revolução e democracia: 1964.... Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 49.